

O que é republicanism?

(GARGARELLA, R. *El republicanism y la filosofía política contemporánea. Teoría y filosofía política. La recuperación de los clásicos en el debate latinoamericano*. Buenos Aires: CLACSO, 2001.)

O republicanism é um ideal presente nas revoluções americana e francesa do século XVIII. É um termo com várias recorrências históricas e pensado por diferentes autores sob diferentes perspectivas. O termo remonta ao pensamento clássico grego e romano, com pensadores como Homero, Sófocles, Eurípedes, Tucídides, Heródoto, Plutarco, (...) Cícero e Sêneca. Foi desenvolvido na teoria política por Maquiavel (em especial nos Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio), pelo republicanism inglês do século XVII e pelo constitucionalismo norte-americano além de estar presente no ideário da revolução francesa, que foi inspirado por pensadores como Rousseau ou Montesquieu.

O republicanism tem sua ênfase na vida ativamente política dos cidadãos, na igualdade e na liberdade. Para autores republicanos contemporâneos como Philip Pettit e Q. Skinner, historicamente o republicanism sempre teve como referencial concepções “antitirânicas” em relação ao poder e a reivindicação da vida em um “estado livre” que possibilite que os cidadãos se desenvolvam em comunidade e busquem seus próprios objetivos.

O enfoque em “estados livres” está presente no republicanism desde a Roma clássica, e influenciou a teoria política de Maquiavel na Itália Renascentista. Esse teve seu olhar voltado para república romana ao teorizar a respeito de uma política baseada em instituições e leis que não estivesse sob controle da Igreja ou da nobreza (*Signori*). O republicanism e as noções de “estado livre” também foram pensados por autores ingleses como James Harrington e John Milton, influentes na revolução constitucional do século XVII e na crítica ao absolutismo na França, desenvolvida por exemplo por Montesquieu em “O espírito das leis” (1748).

O republicanism está historicamente ligado ao desenvolvimento de um humanismo cívico e na promoção de virtudes cívicas indispensáveis para a conquista da liberdade humana. Os valores republicanos são teorizados por essa corrente de pensamento como uma maneira de se evitar a corrupção e o despotismo (ler valores p.187, Gargarella, 2008). Segundo Gordon Wood, os republicanos são críticos radicais das práticas e pressupostos da monarquia: sua hierarquia, desigualdade, devoção ao nepotismo, patriarquismo, patronado e dependência.

O pensamento republicano tem um compromisso com a liberdade à medida que rejeita a dominação e a tirania. Para isso, é preciso defender uma virtude republicana que depende de certas “certas precondições políticas e econômicas”, exigiria certas instituições básicas na sociedade capazes de organizar o sistema de governo e a economia. As instituições são instrumentos estabilizadores da vida política que devem ser destinadas para assegurar a independência do cidadão.

As instituições virtuosas devem assegurar a não-dominação e evitar abusos aos cidadãos por parte de seu Estado ou de outros. Portanto os republicanos pensam em mecanismos para que os cidadãos tenham controle sobre o modo de organização de sua comunidade.

Podemos caracterizar atualmente alguns tipos de perspectivas republicanas:

Neo-ateniense: também pode ser chamado de republicanism cívico. Essa concepção está ligada ao teórico Hans Baron e John Pocock, que demonstraram em seus trabalhos a influência do pensamento aristotélico e ateniense no humanismo cívico (republicanism clássico) da Itália renascentista.

Parte da ideia de que o homem é um animal político que se constitui em sociedade, essa corrente tem fortes compromissos com uma visão substancial de “vida boa”, que deve ser realizada pela participação política dos cidadãos. O indivíduo se realiza e reafirma sua liberdade a partir do exercício político. Os fins políticos devem estar associados aos fins pessoais de cada indivíduo, já que “valores e finalidades culturais e éticos” são partilhados por uma comunidade.

Em uma concepção aristotélica e arendtiana a política é

A possibilidade de uma intervenção ativa, compartilhada, coletiva, deliberada, em nosso próprio destino, no que seria de outro modo, o mero subproduto de decisões privadas. Só na vida pública podemos, de forma conjunta, e como uma comunidade, exercer nossa capacidade humana para ‘pensar o que fazemos’ e encarregar-nos da história com a qual estamos constantemente comprometidos (Pitkin, 1981)

Para a teoria de Hannah Arendt, a liberdade é indissociável da atividade política (vida cívica), não pode ser pensado apenas em um âmbito de uma liberdade individual subtraído de um olhar para as instituições políticas e das leis. A virtude política encarna a possibilidade do homem ser livre pois é exatamente nesse espaço que o homem constrói sua liberdade, é uma atividade que permite que hajam fins sociais partilhados, tornada possível por uma cultura comum e uma certa homogeneidade social já que há uma partilha de valores republicanos que permitem uma busca pelo perfectibilidade cívica.

Republicanismo e comunitarismo

Tanto republicanismo quanto comunitarismo são teorias plurais, com muitas versões ao longo da história, porém se for possível circunscrever pontos mínimos em comum é possível observar que ambas correntes tem críticas e concepções em comum:

- Tanto republicanismo quanto comunitarismo compartilham de uma crítica ao individualismo liberal, uma crítica ao atomismo.
- Compartilham sua concepção de “liberdade” positiva e não definida como liberdade contra o Estado ou contra as tiranias da maioria. A liberdade para republicanos é caracterizada como não dominação (efetiva ou potencial).
- Coincidem na prioridade que dão às políticas em favor do bem comum e compartilham uma “ética das virtudes”, valorizando virtudes cívicas que se consideram indispensáveis para manutenção da ordem pública e do autogoverno.
- Ambas concepções aceitam um Estado que tenha certas concepções de bem e abandone sua pretensa neutralidade valorativa; organizando as instituições políticas e econômicas em serviço de um certo ideal de cidadania.

Também há inúmeros pontos de desencontro entre comunitarismo e republicanismo, enquanto o comunitarismo está muito ligado a história, voltando seu olhar sempre às tradições de uma comunidade e contextualizando o sujeito em um espaço histórico e social, enquanto a tradição republicana não está comprometida com um olhar para o passado, ao valorar noções sobre o ideal de bem irá voltar seu olhar para princípios e não para a história.

De fato, o republicanismo contraria a ideia de que a identidade é “definida” pela pertença a certa comunidade e a uma narrativa (história) que transcenda sua própria vida, o que deve decidir sobre a identidade do sujeito é o que se pode por em prática hoje pela comunidade vivente, que tem autonomia para decidir como quer viver. Essa visão se deve ao fato de que muitos importantes

republicanos, como a de Thomas Paine, foram críticos do valor dado às tradições por conservadores ingleses como Edmund Burke.

Thomas Paine, em sua crítica ao conservadorismo inglês, defende o princípio do autogoverno (“a ideia de que ‘o direito dos que vivem’ devia prevalecer contra ‘a autoridade dos mortos’” (p. 208)). Assim como ele, Thomas Jefferson defendeu que a “mão morta do passado” não deveria continuar a governar as tradições presentes, nem em relação às tradições nem de documentos constitucionais; os escritos das gerações anteriores não deveriam ser autoridades indiscutíveis às gerações atuais.

Outro ponto divergente do republicanismo (em relação ao comunitarismo) é a ausência de uma concepção moral vigorosa. O republicanismo não está interessado na maneira como cada cidadão vive, ou suas concepções do que é bom, o que interessa é o compromisso ativo de todos os cidadãos com o bem público, com o destino dos demais e da comunidade.

Enquanto o comunitarismo se ocupa com a teoria moral, o republicanismo não. Mesmo as preocupações do republicanismo tradicional em relação ao “luxo” ou “corrupção” não são críticas contra o teor moral dessas ações mas a preocupação com o funcionamento institucional do Estado, um protesto em relação a mistura da vida pública privada e suas consequências, em especial para economia.

Republicanismo crítico

Distinto do republicanismo comunitarista e liberal, essa é uma “terceira via” teórica defendida por John Maynor (2003) e Cécile Laborde (2008). Se diferencia do republicanismo liberal por defender uma visão não puramente instrumental dos valores e virtudes republicanas, mas condições intrínsecas à liberdade.

Partindo da ideia de reciprocidade (de direitos e deveres), que se manifestam através de certos valores e ideais (como a cidadania e a virtude cívica) e é mantido pelo poder constitucional, Maynor afirma que

sem certos bens substanciais que, por assim dizer, acompanham a reciprocidade e permitem informar e perseguir um bem comum, os ideais e instituições do Estado não poderão sustentar a liberdade como não dominação (2003, p.64)

Isso se opõe a uma ideia presente no liberalismo de que o Estado não deveria apelar ao valor intrínseco de certas concepções de bem nos seus ideais e instituições; se opõe também a ideia de que o Estado não deveria promover qualquer virtude perfeccionista e, portanto, há oposição a ideia de neutralidade do Estado defendida pelos liberais.

No entanto, essa concepção de “bens substanciais” seguem um perfeccionismo menos rígido do que o comunitarismo ou do republicanismo clássico, tornando essa tese compatível com um pluralismo em relação às concepções de bem.

O republicanismo crítico defende a liberdade de escolha e se opõe a existência de “bens de dominação”, isso é, todas as concepções de bem devem ser compatíveis com a liberdade, e portanto, com a não dominação dos outros. O objetivo desse Estado *quasi-perfeccionista* é “contribuir para tornar possível uma pluralidade de fins compatíveis com a não dominação, e não realizar uma concepção do bem em detrimento de outras” (p.127).

Se por um lado o Estado liberal se baseia na neutralidade e assegura a autonomia dos indivíduos em razão da confiança no perfeccionismo social (do mercado), o Estado republicano promove intervenções que visam defender os interesses dos indivíduos, promovendo valores que constituem o ideal da reciprocidade e regulando as escolhas de vida através do poder constitucional. (*ibidem*)

Um exemplo de republicanismo aplicado: o rendimento de cidadania

Ao contrário do que muitos detratores do republicanismo criticaram, essa corrente teórica demonstrou já no século XVIII uma consciência aguda em relação as desigualdades econômicas que se ocasionariam em uma república, como é o caso da obra *O Contrato Social* de Rousseau (1762), além disso republicanos clássicos como Thomas Paine e Condorcet se debruçaram em pensar uma distribuição econômica igualitária de um “capital” de partida ou de uma sociedade mais igualitária, que desse a possibilidade de que os cidadãos de usufruírem de uma liberdade real e não ficassem à mercê das formas de dominação decorrentes das relações de mercado.

Os republicanos, como Cass Sustein, não condenam a propriedade privada mas sim sua melhor repartição social. O título de propriedade reforça o controle dos indivíduos sobre a capacidade de governarem a si mesmos, no entanto não terá esse efeito se os indivíduos entram no mercado desprovidos de capital. É necessário ao mesmo tempo abrir o campo das possibilidades econômicas e permitir que os indivíduos tenham peso nas trocas que fazem com outros em diferentes mercados. O republicanismo procura criar uma sociedade de iguais e assim permitir que os indivíduos tenham os meios necessários para as suas livres iniciativas.